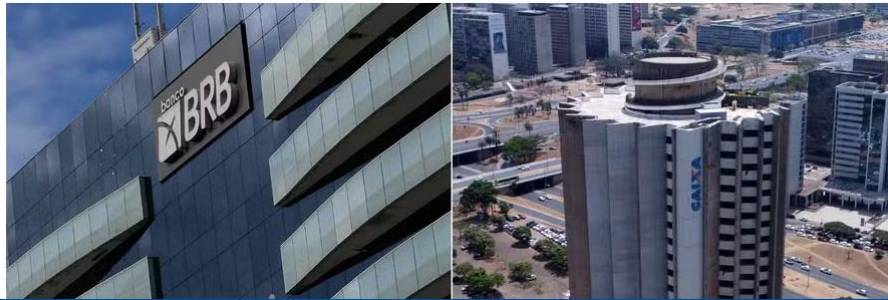


Caixa negocia comprar carteiras de crédito do BRB, após escândalo do Master

Operação pode reforçar sua liquidez imediata da instituição controlada pelo governo do Distrito Federal

Por **Thaís Barcellos** e **Geralda Doca** — Brasília
20/02/2026 12h21 · Atualizado há 2 horas



A **Caixa Econômica Federal** está negociando comprar carteiras de crédito do BRB, banco estatal controlado pelo governo do Distrito Federal. Com a operação, a instituição do DF pode reforçar sua liquidez imediata e ganhar tempo enquanto se busca uma solução para o buraco de ao menos R\$ 5 bilhões que deve se abrir no balanço com as provisões (reservas) necessárias para fazer frente a eventuais perdas com os ativos herdados do Banco Master.

Nesse contexto, a Caixa também não descarta participar de um eventual consórcio para concessão de um empréstimo ao Distrito Federal para socorrer o BRB. Mas, segundo interlocutores a par do assunto, as conversas ainda não chegaram neste ponto.

Como mostrou O GLOBO, emissários do governador Ibaneis Rocha (MDB) estão se reunindo com executivos dos maiores bancos do país para avaliar a viabilidade de um empréstimo para capitalizar o banco, já que o não tem recursos suficientes em caixa. O governo, no entanto, nega as tratativas.

No caso das carteiras de crédito, o apetite da Caixa se limita àquelas originadas pelo próprio BRB. A instituição federal não tem interesse nos ativos herdados do Master, que a cúpula do Banco de **Brasília** também está oferecendo ao mercado em uma tentativa de reduzir o buraco

causado pela operação. Nos cálculos do presidente do BRB, Nelson de Souza, o valor dos ativos que eram do Master podem chegar a R\$ 21,9 bilhões.

Os ativos foram recebidos em troca das carteiras fraudulentas, questionadas pelo Banco Central e alvo de investigação da Polícia Federal, que somavam R\$ 12,2 bilhões. O BC já indicou, porém, que deve haver uma perda de cerca de R\$ 5 bilhões ante o montante de R\$ 12,2 bilhões, valor que terá de ser provisionado (reservado) no balanço.

Como esse valor é maior do que o próprio patrimônio líquido do BRB, de R\$ 4 bilhões no segundo trimestre de 2025 (último resultado conhecido), os passivos do banco devem superar os ativos, o que significa um desenquadramento das regras prudenciais e exige um plano de readequamento, que terá de ser apresentado junto com os resultados. O prazo final é 31 de março.

Por isso, é considerado inescapável um aporte do Distrito Federal, acionista controlador do BRB, para equacionar o problema patrimonial, que se torna maior na medida que o tempo passa. De acordo com fontes da Faria Lima, as tratativas para a concessão do empréstimo ao DF têm avançado e há otimismo com um desfecho positivo.

Garantias travam empréstimo

É do interesse dos maiores bancos do país encontrar uma solução para o BRB, sobretudo porque se a situação chegar ao caso limite de uma liquidação — algo que não está na mesa hoje — seriam os mais prejudicados. Isso porque são os maiores contribuintes do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Só o Banco do Brasil vai ter de desembolsar R\$ 5 bilhões para recompor o caixa do fundo após o pagamento do seguro dos clientes das instituições ligadas ao Master.

O entrave, porém, são as garantias. O governo tem patrimônio, mas há dúvidas políticas e jurídicas sobre como seria a execução, caso seja necessário. A situação mudaria se houvesse uma garantia da União, mas o Distrito Federal ficou com nota C na Capacidade de Pagamento (Capag), medida pelo Tesouro Nacional, em 2025, o que restringe a obtenção de novos créditos com aval soberano.

O uso de ativos públicos como garantia, como terrenos e ações de estatais, também precisa de uma aprovação da Câmara Legislativa do DF, assim como a própria operação de crédito. Esse processo tende a ser sensível para o governo de Ibaneis Rocha, sobretudo em ano eleitoral, o que tem atrasado uma solução final.

Uma pessoa ouvida em condição de anonimato afirma que, se não fosse um banco público, a situação já teria chegado a um desfecho. Quanto mais o tempo corre, maior o problema. Isso ocorre porque o banco tende a perder depósitos e aplicações diante dos problemas reputacionais.

Para reforçar a liquidez, então, recorre a venda de carteiras, como a que negocia com a Caixa. Essa operação, por sua vez, tende a ser feita com uma taxa de desconto em relação ao valor de face dos ativos, até porque os compradores estão cientes da necessidade do BRB e dos questionamentos em relação ao Master, o que aumenta o poder de barganha. Assim, o prejuízo do banco cresce, pois o valor do ativo diminui. Ou seja, o buraco que era de R\$ 5 bilhões no fim de 2025 provavelmente já é maior.